

## BANCOS PROPOEM

# REAJUSTE DE 5%

## COM GARANTIA DE DIREITOS

*Após dez rodadas de negociação, categoria arranca da Fenaban aumento real de 1,18%, maior do que a média dos acordos fechados no primeiro semestre, e a manutenção de todas as cláusulas da CCT. Em assembleias na quarta 29, bancários avaliam a proposta; Comando Nacional orienta pela aprovação*

**N**uma conjuntura das mais difíceis, com uma reforma trabalhista que precariza empregos e ataca a organização dos trabalhadores, os bancários mostraram mais uma vez sua força, garantindo uma proposta que mantém todas as conquistas históricas da categoria e prevê reajuste de 5% em 2018, com aumento real de 1,18%, maior do que a média dos acordos coletivos fechados no primeiro semestre (*leia no verso*). Prevê acordo de dois anos, já garantindo para 2019 a manutenção de todos os direitos, além da reposição total da inflação (INPC) mais 1% de aumento real para salários e demais verbas.

Foram dez rodadas de negociação em que a Fenaban ou nada apresentava ou apresentava propostas inaceitáveis, com alteração ou exclusão de cláusulas da CCT. Mas a categoria bancária mais uma vez mostrou sua força, tanto na mesa com os bancos quanto nas mobilizações em todo o país. E conseguiu manter conquistas históricas e aumento real maior do que os bancos haviam apresentado anteriormente, além dos direitos específicos nos acordos do BB e da Caixa. Além disso, a proposta prevê a contribuição negocial de 1,5%.

Os bancários avaliarão a proposta em assembleias na quarta 29. O Comando orienta por sua aprovação, assim como das propostas específicas do Banco do Brasil e da Caixa.



### EXEMPLO DE LUTA

O Comando antecipou a Campanha Nacional devido ao fim da ultratividade, princípio que garantia a validade de um acordo até a assinatura de outro. "Em tempos de golpe e retirada de direitos, que buscam o enfraquecimento da classe trabalhadora, os bancários conseguiram garantir, na mesa de negociação, aumento real maior e todos os direitos da CCT, para toda categoria. A unidade nacional, entre trabalhadores de bancos públicos e privados, sai fortalecida. Uma campanha, num ano difícil, que juntos conseguimos transformar em oportunidade", afirma Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e uma das coordenadoras do Comando.

"Nesse cenário adverso, desde o início dizíamos que nosso principal ob-

jetivo era, na mesa única entre bancos públicos e privados, a garantia de todos os direitos e dos acordos específicos. Conseguimos isso e ainda superamos muita coisa do desmonte trabalhista, mantendo todos os trabalhadores representados por nossa CCT. Havia o risco, agora afastado, de 91 mil hipersuficientes ficarem fora do acordo", lembra a dirigente. Esses trabalhadores, que ganham mais de R\$ 11.291,60, estariam expostos ao negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a lei

trabalhista de pós-golpe.

"As negociações com o Banco do Brasil e a Caixa Federal também garantiram a manutenção de todas as cláusulas dos acordos específicos, inclusive Saúde Caixa e PLR Social que estavam ameaçados. Serão os únicos empregados do setor público com aumento real e sem retirada de direitos", ressalta a presidenta da Contraf-CUT.

Veja mais sobre a proposta no verso.

## PROPOSTA APROVADA, PLR VEM DIA 20

### PCR DO ITAÚ TAMBÉM ESTÁ GARANTIDO

Se aprovada a proposta e o acordo for assinado, a primeira parcela da PLR será paga já em 20 de setembro



## ASSEMBLEIA

SINDICATOS REALIZAM ASSEMBLEIAS EM TODO O PAÍS NO DIA 29  
PARA DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA.

# PROPOSTA PREVÊ AVANÇOS E GARANTE TODOS OS DIREITOS

Em várias das mesas de negociação da Campanha 2018, a Fenaban sugeriu tirar direitos da CCT, excluindo algumas cláusulas e modificando outras. O Comando Nacional dos Bancários resistiu contra todas essas mudanças e a Fenaban recuou, propondo acordo de dois anos com garantia de todas as conquistas da Convenção Coletiva. Além disso, a proposta prevê avanços. Confira:

## NOVAS CONQUISTAS

- Reajuste de 5% (reposição da inflação mais 1,18% de aumento real) sobre salários e demais verbas como VA, VR, 13ª Cesta e Auxílio-Creche/Babá;
- Se aprovada a proposta, a primeira parcela da PLR será paga já em 20 de setembro;
- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado;
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamento fundamental sobre o perfil da categoria para a promoção da igualdade de oportunidades;
- Mantém todos os direitos da CCT ao hipersuficiente (quem ganha a partir de R\$ 11.291,60);
- Horário de almoço poderá ser flexibilizado: quem tem jornada de 6 horas e tiver de fazer hora extra, terá intervalo de almoço de 30 minutos, e não de 1 hora como determina a lei;
- Cláusula do vale-transporte volta a ser a conquista da categoria de 4% de desconto sobre o salário base;
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento.

## VEJA NO QUE OS BANCOS RECUARAM APÓS PRESSÃO

- Queriam pagar PLR menor para as bancárias em licença-maternidade. Voltaram atrás e a PLR integral foi mantida;
- Também queriam pagar PLR proporcional aos trabalhadores e trabalhadoras afastados por doença ou acidente. Esse direito também está mantido;
- Mantiveram o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias, previsto na cláusula 65 (bancos queriam reduzir para 90 dias);
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;
- Mantiveram o salário do substituto (cláusula 5ª), que queriam retirar;
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- Voltaram atrás da proposta de extinguir a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- Para a cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT. Após pressão, manteve-se o mínimo de 55%, sendo que, em caso de ação trabalhista para 7ª e 8ª horas, será descontado o que já foi pago, o que já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista em algumas ações e bancos, como na Caixa, que tem orientação jurisprudencial nesse sentido. A mudança não impacta nas ações anteriores à assinatura do acordo, com período de três meses de transição.

## MANUTENÇÃO DE DIREITOS E AUMENTO REAL MESMO EM CONJUNTURA DESFAVORÁVEL

A organização da categoria bancária conseguiu a manutenção de todos direitos da CCT e aumento acima da inflação mesmo diante da atual conjuntura extremamente desfavorável aos trabalhadores, imposta pelo golpe de 2016. Há dois anos, um presidente ilegítimo e um Congresso Nacional dominado por empresários (mais de 250 dos 594 parlamentares) impõem uma agenda de destruição dos direitos da classe trabalhadora.

Só para citar alguns exemplos, desde 2016, aqueles que deveriam legislar em favor da população aprovaram o congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos; além da lei da terceirização ilimitada e da reforma trabalhista, que praticamente reduziram a CLT a pó.

Dentre outros inúmeros prejuízos, a nova lei trabalhista, feita sob encomenda do setor patronal, decretou o fim da validade dos acordos e convenções coletivas até que um novo seja firmado (ultratividade) e acabou com o imposto sindical sem prever nova fonte de financiamento, num claro propósito de enfraquecer a organização dos trabalhadores.

Por essa razão e diante desse cenário desolador, a manutenção dos direitos e o aumento real acima da média dos acordos firmados por outras categorias são grande vitória dos bancários.

## AUMENTO REAL ESTÁ ACIMA DA MÉDIA DOS ACORDOS NO SEMESTRE

### PROPOSTA DA FENABAN 2018

Itens da CCT	2018
<b>Pisos após 90 dias</b>	
Portaria	R\$ 1.605,19
Escritório	R\$ 2.302,52
Caixa e Tesoureiro	R\$ 3.110,40
<b>Auxílios</b>	
Auxílio-Refeição	R\$ 35,18
Auxílio-Alimentação	R\$ 609,87
13º Auxílio Alimentação	R\$ 609,87
Auxílio creche/babá (filhos de até 71 meses)	R\$ 468,42
<b>Remuneração Variável</b>	
PLR-Regra Básica	
90% do salário + valor fixo	R\$ 2.355,76
PLR-Parcela Adicional	R\$ 4.711,52
<b>Antecipação PLR</b>	
54% do salário + valor fixo	R\$ 1.413,45
Teto antecipação parcela adicional	R\$ 2.355,76

Levantamento feito pelo Dieese, que levou em conta 2.896 acordos entre janeiro e junho, mostra que 78% deles tiveram aumento real, e a média foi de 0,94%.

A força da categoria, na mesa de negociação com os bancos e nas mobilizações em todo o país, garantiu proposta de reajuste de 5% com aumento real de 1,18%.